

## DETERMINANTES E MEDIÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Thaíse Alves Bezerra; Maria Mônica de Oliveira; Eduarda Emanuela Silva dos Santos; Dixis Figueroa Pedraza

*Universidade Estadual da Paraíba, thaise\_gba@hotmail.com*

### RESUMO

Entende-se com Segurança Alimentar e Nutricional a efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O presente ensaio tem por objetivo debater os determinantes e as formas de medição da Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de uma revisão da literatura. A medição da Segurança Alimentar e Nutricional baseia-se nos seus determinantes, ou seja, nas condições relacionadas à disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica dos alimentos. A medição da SAN é objeto de discussão atual e relevante de grande interesse para a sociedade e como conhecimento científico, sobretudo no contexto das iniquidades sociais. Essa medição deve estar baseada nos seus determinantes: disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica dos alimentos. Nesse sentido, as escalas de percepção da insegurança alimentar surgiram como ferramentas importantes para mensuração da dimensão do acesso aos alimentos e vêm ganhando notoriedade internacional. No Brasil, a EBIA constitui o principal instrumento de medição da SAN. A EBIA permite obter informações válidas para as políticas de combate à insegurança alimentar e à fome.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Pobreza; Fatores socioeconômicos.

### INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar começou a ser referida na Europa logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nessa época, o conceito tinha forte relação com a segurança nacional e com a capacidade do país produzir sua alimentação, considerando que uma nação pode ter sua soberania ameaçada se não garantir à sua população alimentos em quantidade e qualidade satisfatórias, e não dispuser de estoques regulares, nem medidas preventivas para as eventuais calamidades naturais, sendo obrigada a importar alimentos indispensáveis à cesta básica (BETTO, 2003).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando metade da Europa estava devastada e sem condição de produzir o seu próprio alimento, a segurança alimentar voltou a ser discutida. Nesse contexto, a segurança alimentar foi tratada como uma questão relacionada à disponibilidade de alimentos (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

No mundo, os ideários de um estado de segurança alimentar e bem-estar nutricional ganharam visibilidade quando os problemas sociais se

agravaram e a fome e a desnutrição infantil tornaram-se um grande desafio para a sociedade civil e para os governos (BATISTA FILHO, 2003).

Diante da crise alimentar internacional, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) assumiu papel relevante na formulação de estratégias e intervenções em segurança alimentar. Neste contexto, foi realizada em 1974 a Conferência Mundial de Alimentação, durante a qual a segurança alimentar foi definida como a oferta segura e adequada de alimentos com base em critérios de necessidade fisicamente estabelecidos (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012).

No início da década de 1980, a segurança alimentar, que antes era limitada ao abastecimento na quantidade necessária, ampliou-se e incorporou o acesso universal aos alimentos, o aspecto nutricional e as questões relacionadas à composição, à qualidade e ao aproveitamento biológico, baseando o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir de 1986, o Brasil adotou esses novos aspectos relacionados à segurança alimentar com a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, posteriormente, consolidou-os na I e II Conferência Nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2003).

No final da década de 1990, foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), considerada um marco importante no campo da alimentação e nutrição. Inserida no contexto da SAN, a PNAN tem como propósitos a garantia da qualidade dos alimentos disponibilizados para o consumo no país, a promoção de uma alimentação saudável e a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos (BRASIL, 2003).

O Brasil tem realizado grandes avanços no campo da SAN desde 2003, quando foi lançado o Programa Fome Zero. Ao colocar como prioridade o combate à fome e à pobreza, o Fome Zero fortaleceu e criou políticas públicas direcionadas à melhoria das condições sociais e de alimentação dos grupos sociais mais vulneráveis (BRASIL, 2011a).

Uma importante conquista no que se refere à SAN foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A LOSAN, além de estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da SAN. Dessa forma, essa lei estabeleceu um programa político que deve ser realizado para todos, portanto, cabe ao Estado, em sua concepção mais abrangente, organizar-se para garantir acesso à alimentação adequada e aos meios necessários para obtê-la (BRASIL, 2011a). Por

meio do SISAN, os órgãos governamentais dos três níveis de governo e as organizações da sociedade civil podem atuar conjuntamente na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e de promoção da SAN, e ainda no acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade (BRASIL, 2011b).

A LOSAN também estabeleceu as bases para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PINHEIRO, 2008; BRASIL, 2011b). Nesse sentido, o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 instituiu a PNSAN e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2011a).

A PNSAN possui como objetivos (BRASIL, 2010):

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada.

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é o principal instrumento de planejamento, gestão, execução e implementação da PNSAN e tem como objetivo garantir o acesso de todos os brasileiros a alimentos adequados e saudáveis, incluindo a água em todo o território nacional (BRASIL, 2011a).

Dessa forma, a SAN passou a integrar um papel central nas estratégias de desenvolvimento humano, com inclusão econômica e social nos meios de produção e promoção da soberania alimentar, melhoria da qualidade de vida, respeito ao meio ambiente e o resgate da cidadania da população brasileira (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

Conforme o avanço histórico da humanidade e as mudanças da sociedade no seu contexto organizacional e das relações de poder, o conceito de SAN evoluiu. A construção do conceito de SAN tem revelado as diversas dimensões que o compõem e como estas se interrelacionam com a realização do DHAA e com a

luta contra a fome, a pobreza e as diferentes formas de desigualdade (ALBUQUERQUE, 2009). À medida que o conceito de SAN ganhou complexidade, diversos indicadores foram sendo introduzidos visando captar e mensurar as suas novas dimensões (SEGALL-CORREA; MARÍN-LEÓN, 2009).

O presente ensaio tem por objetivo debater os determinantes e as formas de medição da Segurança Alimentar e Nutricional.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão da literatura para a qual foi realizada uma busca bibliográfica nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a busca, utilizaram-se os termos segurança alimentar e nutricional, pobreza e fatores socioeconômicos. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos que abordassem os determinantes da SAN e suas formas de medição. Excluíram-se estudos que apresentaram foco diferente do objetivo da revisão.

## **RESULTADOS**

### ***Determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional***

Define-se como SAN “a efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2010). Sendo assim, são fatores envolvidos na SAN: disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica dos alimentos (INCAP, 2002).

A disponibilidade de alimentos corresponde à capacidade de garantir quantidade suficiente de alimentos para toda a população (FAO; OPAS, 2017). O acesso refere-se a condições físicas e econômicas relacionadas à obtenção de alimentos (FAO; OPAS, 2017). Para uma população ter SAN é necessário ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, respeitando a cultura de cada povo, além dos hábitos alimentares e de higiene de forma regular (FAO, 2014). O consumo alimentar é um dos determinantes do estado nutricional e está relacionado à ingestão energética e

de nutrientes (BRASIL, 2015a; KLOTZ-SILVA; PRADO; SEIXAS, 2016).

O consumo de alimentos é influenciado por variedade de fatores que envolvem questões culturais e a disponibilidade de recursos financeiros e de alimentos (BURITY et al., 2010). A utilização biológica de alimentos refere-se à capacidade orgânica de utilizar e aproveitar os alimentos e nutrientes. Essa dimensão é influenciada pelas condições de saneamento básico, de saúde, estilo de vida, uso dos serviços de saúde e segurança dos alimentos em termos químicos e sanitários (OLIVEIRA et al., 2010; ONU BRASIL, 2017). O conhecimento nutricional e os hábitos alimentares da população também são enquadrados como importantes fatores da utilização biológica (ONU BRASIL, 2017).

Segundo a FAO, a quantidade de alimentos produzidos mundialmente poderia suprir as necessidades diárias de energia e nutrientes de toda a população mundial. A disponibilidade de alimentos não é um problema na maior parte dos países, mesmo naqueles em desenvolvimento, porém, as quantidades ingeridas pela população nem sempre são satisfatórias (FIGUEROA PEDRAZA, 2005a). O Relatório Mundial sobre a Fome, da Organização das Nações Unidas registrava em suas estimativas, até o ano de 2013, 842 milhões de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade à insegurança alimentar (FAO, 2013). Registra-se, assim, que a insegurança alimentar e a fome constituem uma dimensão da pobreza e da desigualdade social (SEGALL-CORREA et al., 2008). As famílias mais pobres gastam a maior parte de sua renda com a alimentação. Sendo assim, a capacidade de acesso aos alimentos é elemento definidor da condição de vida da população brasileira (MENEZES; BURLANDY; MALUF, 2004) e o principal fator de garantia da SAN (FIGUEROA PEDRAZA, 2005b).

No Brasil, o problema da fome e da insegurança alimentar, também se apresenta associado à pobreza de grande parte da população (BELIK, 2003; HIRAI; ANJOS, 2007). O acesso da população brasileira a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo a água, assim como a outras necessidades básicas como vestuário, habitação, educação e assistência à saúde, depende predominantemente da renda de que o indivíduo ou sua família dispõem e dos preços pelos quais esses bens e serviços são vendidos (BRASIL, 2004).

### ***Medição da Segurança Alimentar e Nutricional***

Tradicionalmente, para a medição da disponibilidade de alimentos a FAO utiliza como indicador a disponibilidade calórica média diária per

capita, que é calculada através do balanço entre alimentos produzidos, exportados e as estimativas de desperdício. O valor resultante é transformado em calorias e dividido pelo número de habitantes. Essa metodologia possibilita o cálculo da prevalência de subalimentação que representa a proporção de indivíduos que não possuem suas necessidades energéticas atendidas (SPERANDIO; MORAIS; PRIORE, 2018; KEPPLER; SEGALL-CORREIA, 2011).

As escalas de percepção da insegurança alimentar são ferramentas importantes para mensuração da dimensão do acesso aos alimentos e vêm ganhando notoriedade internacional (SPERANDIO; MORAIS; PRIORE, 2018). Em âmbito nacional a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, centrada na avaliação da dimensão do acesso aos alimentos em nível familiar, aparece como o principal instrumento de medição em todo o território nacional (MACHADO et al., 2018).

Dada a complexidade do consumo alimentar, diferentes métodos têm sido propostos para avaliar a qualidade da dieta, com o objetivo de fornecer análises mais eficientes da sua correlação com desfechos de saúde (RODRIGUES et al., 2016). Esses métodos incluem o questionário de frequência de consumo alimentar, o recordatório de 24 horas, o registro ou diário alimentar, a história dietética e o método de inventário (FIGUEROA PEDRAZA; MENEZES, 2015). Os dados gerados sobre ingestão alimentar constituem uma ferramenta fundamental para a identificação de padrões alimentares, que se analisados com periodicidade possibilitam traçar tendências das condições alimentares e nutricionais, o que pode auxiliar a elaboração e a atualização de guias alimentares, assim como o planejamento e a avaliação de programas e políticas públicas (SPERANDIO; PRIORE, 2017).

A avaliação da utilização biológica dos alimentos pode ser feita em nível individual ou familiar. No nível individual, consideram-se parâmetros sobre a ingestão e absorção dos alimentos, bem como em relação à ação biológica dos nutrientes. No nível familiar, inserem-se avaliações relacionadas à escolha, processo, preparação e distribuição intrafamiliar dos alimentos (OLIVEIRA et al., 2010).

Historicamente, a SAN tem sido medida de forma indireta por meio de indicadores que buscam identificar o número de indivíduos em situação de carência alimentar ou fome e refletem os seus determinantes (KEPPLER; SEGALL-CORREIA, 2011). Nesse sentido, a FAO, por exemplo, recomenda o uso da disponibilidade calórica média diária *per capita* para medir e acompanhar o grau de vulnerabilidade à carência alimentar dos diferentes países. Outros indicadores indiretos são bastante utilizados no Brasil

e internacionalmente para estimar a SAN, como o consumo alimentar, renda e gastos no domicílio, e a antropometria (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

A partir dos anos 80, quando se entendeu que a experiência da fome engloba aspectos sociais e psicológicos e que nem sempre apresenta consequências físicas, houve a necessidade de definir novos indicadores para mensurar a SAN. Para isso, tiveram início projetos de organizações não governamentais (ONG), entidades acadêmicas e governamentais dos Estados Unidos (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

No começo da década de 90, uma pesquisa qualitativa realizada nos Estados Unidos por pesquisadores do Departamento de Agricultura serviu de base para a construção de um instrumento capaz de avaliar a situação de segurança alimentar das famílias (HIRAI; ANJOS, 2007). Esta escala elaborada nos EUA foi adaptada e validada para a realidade socioeconômica e cultural do Brasil por um grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas e denominada de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORREA et al., 2003; OLIVEIRA et al., 2010). O processo de sua validação envolveu tradução do questionário de inglês para o português, discussões entre especialistas e grupos focais da comunidade sobre os conceitos da insegurança alimentar e aplicação do instrumento final a amostras de conveniência em Campinas, João Pessoa, Brasília e Manaus (MARÍN-LÉON et al., 2005).

Após o processo de validação, a EBIA foi usada como instrumento de diagnóstico da insegurança alimentar em dois inquéritos municipais, realizados em 2004, um na cidade de Campinas e outro em Brasília. A realização desses inquéritos possibilitou confirmar a validade da EBIA e mostrou os primeiros resultados de insegurança alimentar em grandes populações. A partir de então, a EBIA tem sido amplamente usada no Brasil, inclusive em pesquisa de âmbito nacional cujo marco inicial foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 (SEGALL-CORREA; MARÍN-LEÓN, 2009).

A EBIA consta de 15 perguntas centrais fechadas, com resposta sim ou não sobre a experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar em seus diversos níveis de intensidade, que vão desde a preocupação de que a comida possa vir a faltar até a vivência de passar um dia inteiro sem comer. A EBIA proporciona a detecção de famílias que apresentam risco de insegurança alimentar em três níveis (leve, moderado e grave) (BICKEL et al., 2000). Essa escala é adequada para fazer diagnóstico de insegurança alimentar em nível domiciliar, indicar populações sob maior risco, e também para acompanhar e avaliar o impacto populacional dos programas e políticas públicas

(KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011). Além disso, seus resultados constituem um indicador adequado e válido para as políticas de combate à insegurança alimentar e à fome, tanto em âmbito federal quanto municipal (SEGALL-CORREA; MARÍN-LEÓN, 2009).

A avaliação da situação de SAN das famílias é objeto de discussão atual e relevante que vem despertando o interesse de pesquisadores e de órgãos governamentais e constitui um dos temas da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde do Brasil (BRASIL, 2015b). Essa prioridade é estabelecida ao reconhecer a SAN como uma questão relacionada com diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual é debatida pelos variados segmentos da sociedade no Brasil e no mundo (ABRANDH, 2013).

## CONCLUSÕES

No Brasil, muitas têm sido as iniciativas desenvolvidas ao longo dos anos para garantir a SAN da sua população e o direito humano à alimentação, contribuindo com a diminuição das desigualdades sociais. A medição da SAN é objeto de discussão atual e relevante de grande interesse para a sociedade e como conhecimento científico, sobretudo no contexto das iniquidades sociais. Essa medição deve estar baseada nos seus determinantes: disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica dos alimentos. Nesse sentido, as escalas de percepção da insegurança alimentar surgiram como ferramentas importantes para mensuração da dimensão do acesso aos alimentos e vêm ganhando notoriedade internacional. No Brasil, a EBIA constitui o principal instrumento de medição da SAN. A EBIA permite obter informações válidas para as políticas de combate à insegurança alimentar e à fome.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2013.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza.

**Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.

BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, n. 4, p. 872-3, 2003.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BETTO, F. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 53-61, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2ª ed. rev. Brasília: MS; 2003.

\_\_\_\_\_. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: **A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar**. Relatório Final. 2004 [acessado em 2018 mai 18]. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Define as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN. 2010**. [acessado 20 mai 2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Brasília: MDS; 2011a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional– CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília (DF): MDS; 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica**. Brasília: MS, 2015a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde** – 2ª ed. 4ª reimpr. Brasília: MS; 2015b.

BURITY, V. et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2010.

BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R.A. Mediações Entre Conceitos, Conhecimento e Políticas de Alimentação, Nutrição e Segurança Alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 25, n.1, p.9-20, 2012.

FIGUEROA PEDRAZA, D. Acceso a los alimentos como factor determinante de la seguridad alimentaria y nutricional y sus representaciones em Brasil. **Revista Costarricense de Salud Pública**, v. 14, n. 27, p. 77-86, 2005a.

FIGUEROA PEDRAZA, D. Grupos vulnerables y su caracterización como criterio de discriminación de la seguridad alimentaria y nutricional en Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, n. 3, p. 367-75, 2005b.

FIGUEROA PEDRAZA, D.; MENEZES, T. N. Caracterização dos estudos de avaliação antropométrica de crianças brasileiras assistidas em creches. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, n. 2, p. 216-24, 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Insecurity the World**. Roma: FAO, 2013.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 6, n. 2, p.335-53, 2007.

INSTITUTO DE NUTRICIÓN DE CENTROAMÉRICA Y PANAMÁ (INCAP). **La iniciativa de Seguridad Alimentaria Nutricional em Centro America**. Guatemala: INCAP; 2002.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KLOTZ-SILVA, J.; PRADO, S. D.; SEIXAS, C. M. Comportamento alimentar no campo da Alimentação e Nutrição: do que estamos falando?. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1103-1123, 2016.

MACHADO, M. L. et al. Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, 2018: e00206716.

MARÍN-LÉON, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias de idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p.1433-40, 2005.

MENEZES, F.; BURLANDY, L.; MALUF, R. S. **Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional**. In: II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Olinda: CONSEA; 2004.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 34-8, 2010.

OLIVEIRA, J. S. et al. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, n. 2, p. 237-45, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BRASIL). **Fome zero e agricultura sustentável**. Brasília: ONU, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório**. Brasília: FAO, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Panorama de**

**Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe.** Santiago: FAO/OPAS, 2017.

PINHEIRO, A. R. O. Reflexões sobre o Processo Histórico / Político de Construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 15, n.2, p.1-5, 2008.

RODRIGUES, P. R. M. et al. Dietary quality varies according to data collection instrument: a comparison between a food frequency questionnaire and 24-hour recall. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 2, 2016:e00047215.

SEGALL-CORREA, A. M. et al. **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação.** Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério de Saúde; 2003.

SEGALL-CORREA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, v. 21, suppl., p. 39-51, 2008.

SEGALL-CORREA, A.M.; MARÍN-LEÓN, L. Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p.1-19, 2009.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. C.; PRIORE, S. E. Escalas de percepção da insegurança alimentar validadas: a experiência dos países da América Latina e Caribe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 449-62, 2018.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Inquéritos antropométricos e alimentares na população brasileira: importante fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 499-508, 2017.